

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Atlântica Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer elaborado pelos Auditores Independentes.

Resultado do Exercício

A Atlântica Capitalização S.A. apresentou, no exercício, Lucro Líquido de R\$ 4,054 milhões (R\$ 3,870 milhões em 2009).

Governança Corporativa

Com o objetivo de estar sempre em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa, dentre outras ações, a companhia conta com comitês formalmente instituídos. Buscando constantemente os mais altos padrões de comportamento ético, foi publicado o Código de Conduta Ética Setorial do Grupo Bradesco Seguros, resultado do compromisso constante em promover e definir as responsabilidades e a postura que devem pautar a atuação dos profissionais que integram todas as empresas do Grupo.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Atlântica Capitalização busca, permanentemente, contribuir com as autoridades governamentais de controle, nacionais e internacionais, objetivando conformidade às normas e regulamentações, editadas pelos órgãos competentes, relativas à Prevenção e ao Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, assim como o relacionamento diferenciado com os clientes enquadrados na condição de Pessoas Politicamente Expostas.

Sendo assim, durante o exercício em evidência, buscou aprimorar as ferramentas e incrementar os controles utilizados, que dão suporte ao processo de comunicação de operações/ocorrências (automáticas e suspeitas) ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF com vistas a prevenir e combater tais condutas criminosas. Do mesmo modo, desenvolveu e publicou materiais, estimulando o constante e tempestivo treinamento dos colaboradores do GBSP, por meio de normatizações, divulgação de materiais de apoio e oferecimento de palestras.

Segurança da Informação

O Grupo Bradesco Seguros está respaldado por uma infraestrutura sólida de TI e mecanismos de proteção, cujos controles estão relacionados aos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade, bem como por políticas e normas de segurança da informação, além de treinamentos que visam à disseminação do assunto e à conscientização dos colaboradores. Estas medidas, dentre outras vantagens, objetivam garantir que os ativos de informação sejam salvaguardados de uso indevido, permitindo à companhia o cumprimento de suas atividades de forma segura.

Riscos Operacionais, Crédito, Mercado, Legal e Subscrição

As políticas de gestão dos riscos implementadas estão alinhadas às melhores práticas de governança e de modelos adotados no mercado internacional, atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e de Governança Corporativa. Estão inseridas, nesse contexto, as disseminações da cultura de gestão de riscos operacionais em vários níveis, a divulgação de políticas corporativas e estabelecimento de procedimento de monitoramento contínuo dos graus de exposição.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos o apoio recebido do Órgão regulador.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2011.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	2010	2009		2010	2009
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	58.323.326	66.402.433	CIRCULANTE	1.612.793	2.572.433
Disponível	40.348	26.064	Contas a pagar	1.592.667	2.540.305
Caixa e bancos	40.348	26.064	Obrigações a pagar	1.163.867	1.041.413
Aplicações	57.798.193	66.014.379	Impostos e encargos sociais a recolher	33	33
Títulos de renda variável	56.188.567	46.436.445	Impostos e contribuições	428.767	1.498.859
Quotas de fundos de investimentos	1.609.626	19.577.934	Provisões técnicas - capitalização	20.126	32.128
Títulos e créditos a receber	484.785	361.990	Provisão para resgates	20.126	32.128
Títulos e créditos a receber	90.526	225.000	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.962.793	1.603.071
Créditos tributários e previdenciários	394.259	136.990	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.962.793	1.603.071
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.422.069	2.067.398	Contas a pagar	297.380	265.284
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.422.069	2.067.398	Tributos diferidos	297.380	265.284
Títulos e créditos a receber	6.422.069	2.067.398	Outros débitos	1.665.413	1.337.787
Créditos tributários e previdenciários	4.756.656	729.611	Provisões judiciais	1.665.413	1.337.787
Depósitos judiciais e fiscais	1.665.413	1.337.787	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	61.169.809	64.294.327
PERMANENTE	-	-	Capital social	61.300.000	61.300.000
Investimentos	-	-	Reservas de lucros	6.370.123	3.278.626
Outros investimentos	728.642	728.642	Ajustes com títulos e valores mobiliários	(6.500.314)	(284.299)
Provisão para desvalorização	(728.642)	(728.642)	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	64.745.395	68.469.831
TOTAL DO ATIVO	64.745.395	68.469.831			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	2010	2009
Receita líquida com títulos de capitalização	-	19
Variação das provisões técnicas	-	19
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.301)	(13.342)
Despesas administrativas	(329.704)	(421.044)
Despesas com tributos	(417.690)	(394.022)
Resultado financeiro	7.060.176	7.221.438
Receitas financeiras	7.522.181	7.319.349
Despesas financeiras	(462.005)	(97.911)
Resultado patrimonial	-	73.082
Resultado operacional	6.311.481	6.466.131
Ganhos e perdas com ativos não correntes	-	(22.161)
Resultado antes dos impostos	6.311.481	6.443.970
Imposto de renda	(1.395.613)	(1.600.158)
Contribuição social	(861.445)	(974.060)
Lucro líquido do exercício	4.054.423	3.869.752
Quantidade de ações	54.409.942	54.409.942
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	74,52	71,12

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	-	(7.400)
Pagamentos de despesas e obrigações	(273.653)	(357.703)
Outros pagamentos operacionais	(334.528)	(73.237)
Recebimentos de Juros e Dividendos	2.021.205	551.620
Constituição de depósitos judiciais	-	(38.763)
Caixa gerado pelas operações	1.413.024	74.517
Impostos e contribuições pagos	(3.707.309)	(1.870.195)
Investimentos financeiros:		
Aplicações	(237.650.049)	(96.894.031)
Vendas e resgates	240.877.684	53.898.899
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	933.350	(44.790.810)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda de ativo permanente	-	50.921
Investimentos	-	50.921
Caixa líquido gerado nas atividades de Investimentos	-	50.921
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	-	50.000.000
Distribuição de dividendos	(919.066)	(5.249.487)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento	(919.066)	44.750.513
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	14.284	10.624
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	26.064	15.440
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	40.348	26.064
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	14.284	10.624
Ativos livres no início do exercício	65.968.751	17.020.396
Ativos livres no final do exercício	57.748.094	65.968.751
(Redução) aumento nas aplicações financeiras - recursos livres	(8.220.657)	48.948.355

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em reais)

	Reservas de lucros		Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)						
Saldos em 31 de dezembro de 2008	10.800.000	-	473.391	354.549	4.323.917	-	-	15.951.857
Aumentos de capital:								
AGE de 09/02/2009	-	50.000.000	-	-	-	-	-	50.000.000
AGE de 31/03/2009	-	500.000	(473.391)	(26.609)	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 3.251 de 27/05/2009	50.000.000	(50.000.000)	-	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 991 de 01/07/2009	500.000	(500.000)	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos (R\$ 418,88 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(4.323.917)	-	-	(4.323.917)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(284.299)	-	(284.299)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.869.752	3.869.752
Distribuição de dividendos (R\$ 16,89 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(919.066)	(919.066)
Destinação do lucro líquido - constituição de reservas	-	-	-	193.488	2.757.198	-	(2.950.686)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	61.300.000	-	-	521.428	2.757.198	(284.299)	-	64.294.327
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(6.216.015)	-	(6.216.015)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	4.054.423	4.054.423
Dividendos propostos (R\$ 17,70 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(962.926)	(962.926)
Destinação do lucro líquido - constituição de reservas	-	-	-	202.721	2.888.776	-	(3.091.497)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	61.300.000	-	-	724.149	5.645.974	(6.500.314)	-	61.169.809

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em reais)

1. Contexto operacional

A Empresa faz parte do Grupo Bradesco Seguros e tem por objetivo social a exploração das operações de capitalização definidas na legislação vigente, operando em todo o território nacional. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008 (convertida na Lei nº 11.941/2009), bem como com as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela SUSEP e CNSP. Estão sendo também apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 379/2008 e alterações posteriores.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(b) Ativos circulante e não circulante - realizável a longo prazo

(i) Aplicações

Conforme determinações da SUSEP, as sociedades de capitalização devem classificar os títulos e valores mobiliários em três categorias:

I - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados;

II - Títulos disponíveis para venda - os títulos que não se enquadram nas categorias I e III; e

III - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção de mantê-los em carteira até o vencimento.

Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são registrados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados pelo seu valor de mercado. Os títulos "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida ao resultado e os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

(ii) Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas. Os créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da contribuição social para 15% são registrados até o limite das obrigações tributárias correspondentes.

(c) Permanente

Os investimentos são apresentados pelo custo de aquisição, ajustado ao seu valor de provável realização mediante constituição de provisão para desvalorização.

(d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Empresa, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecido no resultado do exercício se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(e) Passivos circulante e não circulante - exigível a longo prazo

(i) Provisões técnicas

A provisão técnica para resgates é calculada sobre o valor nominal dos títulos e atualizada monetariamente, quando aplicável, com base em Nota Técnica Atuarial.

As provisões técnicas são apresentadas no passivo circulante em função do prazo de carência ser inferior a 12 meses.

(ii) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e

variações monetárias incorridos até a data de balanço. Foram constituídas provisões para imposto de renda, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240.000 para o exercício, e para contribuição social, à alíquota de 15%, nos termos da legislação em vigor.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/2008, (convertida na Lei nº 11.941/2009), as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 36 e 37 da referida Medida Provisória, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/2007 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

(f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 489/2005.

(i) Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados em notas explicativas, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes - são constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando individualmente relevantes e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

(iii) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de constatação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

(g) Apuração do resultado

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente quando de seu efetivo recebimento e as correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

(h) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda e contribuição social diferido e provisões técnicas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

(i) Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, a SUSEP aprovou com a edição da Circular nº 379 de 19 de dezembro de 2008 diversos pronunciamentos do CPC (até o CPC 13, exceto o 11), com aplicação imediata dessas normas contábeis em 2009. Conforme Circular SUSEP nº 408 de 23 de agosto de 2010, o CPC 11 - "Contratos de Seguros", será aplicado nas demonstrações contábeis individuais somente a partir de 1º de janeiro de 2011.

Adicionalmente, foram divulgadas pelo CPC outras normas contábeis e interpretações durante 2009 e exercício de 2010, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, decorrentes do processo de convergência com as normas internacionais, que até a presente data não foram aprovadas pela SUSEP.

Por meio da Circular nº 408/2010, a SUSEP esclarece que continuará acompanhando os pronunciamentos emitidos pelo CPC e as decorrentes ações a serem promovidas serão divulgadas por meio da Comissão Contábil criada pela Resolução CNSP nº 86/2002. A referida circular estabelece, ainda, que as demonstrações contábeis consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive, sejam elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standard Board - IASB*, na forma homologada pelo CPC.

A Administração está efetuando a avaliação das novas práticas contábeis que serão requeridas para as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), considerando a Circular nº 408/2010, e até a presente data não foi praticável identificar/mensurar os efeitos que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações contábeis consolidadas da Empresa.

Dessa forma, a Empresa está apresentando suas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2009.

4. Aplicações
(a) Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2010	%	2009	%
Títulos para negociação	1.609.626	2,78	19.577.934	29,66
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	1.609.626	2,78	19.577.934	29,66
Títulos disponíveis para venda	56.188.567	97,22	46.436.445	70,34
Títulos de renda variável - ações	56.188.567	97,22	46.436.445	70,34
	57.798.193	100,00	66.014.379	100,00

(b) Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos classificados como "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. O valor de mercado das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores de mercado obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA).

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de referência (I)	Ajuste de avaliação a mercado
Títulos para negociação	1.468.402	141.224	-	1.609.626	1.609.626	-
Letras financeiras do tesouro	-	141.224	-	141.224	141.224	-
Letras do tesouro nacional	5.310	-	-	5.310	5.310	-
Notas do tesouro nacional	1.463.092	-	-	1.463.092	1.463.092	-
Títulos disponíveis para venda	56.188.567	-	-	56.188.567	67.022.423	(10.833.856)
Ações	56.188.567	-	-	56.188.567	67.022.423	(10.833.856)
Total em 2010	57.656.969	141.224	-	57.798.193	68.632.049	(10.833.856)
Total em 2009	63.456.202	-	2.558.177	66.014.379	66.488.212	(473.833)

(i) Representa o valor de mercado para os títulos classificados como "para negociação" e o valor de custo atualizado para os demais.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa possuía em fundos de investimentos contratos futuros de DI, que totalizavam R\$ 115.810 em posição comprada (R\$ 2.219.775 posição comprada em 2009) como valor de referência, sendo que os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos futuros são liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (hedge), sempre visa administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e o custodiante, Banco Bradesco S.A., sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBOVESPA para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição. Todas as operações de derivativos são registradas e negociadas na BM&FBOVESPA, bem como na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. O monitoramento das operações no mercado de derivativos é feito pelo gestor dos fundos, de forma ativa, através da mensuração do risco através do Value at Risk (VaR), parâmetro de referência para os ajustes necessários de posições, em consonância com as políticas de controle previamente estabelecidas e adotadas pelo gestor. A Área de Risco do gestor é responsável pela quantificação e avaliação diária das variáveis de risco de mercado, apurando o VaR para cada um dos portfólios.

5. Depósitos judiciais e fiscais

Referem-se a depósitos judiciais e fiscais de imposto de renda e contribuição social, no valor de R\$ 1.665.413 (R\$ 1.337.787 em 2009), substancialmente coberto por provisões (Nota 9).

6. Transações com partes relacionadas

(a) Transações com controladores e controladas

	2010		2009	
	Ativo (Passivo)	Despesa	Ativo (Passivo)	Despesa
Disponibilidades				
Banco Bradesco S.A.	20.125	-	23.458	-
Obrigações a pagar				
Bradesco Seguros S.A.	(2.377)	-	(170)	-
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	(24.283)	-	(709)	-
Dividendos a pagar				
Bradesco SegPrev Investimentos Ltda.	(182.685)	-	(174.364)	-
Bradesco Capitalização S.A.	(780.241)	-	(744.702)	-
Outras despesas				
Banco Bradesco S.A.	-	(13.476)	-	(13.476)
Total	(969.461)	(13.476)	(896.487)	(13.476)

(i) O rateio das despesas administrativas compartilhadas efetuado através de aplicações de percentuais de alocação para cada empresa, definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.

(ii) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.

(iii) Classificado na rubrica de Obrigações a pagar do passivo circulante.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Os Administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração, posto que recebem honorários de outra empresa da Organização.

7. Provisões técnicas

(a) Composição

	2010	2009
Provisão para resgates	20.126	32.128
Provisão para resgates de títulos vencidos	20.126	32.128
Saldos em 31 de dezembro	20.126	32.128

(b) Movimentação

	2010	2009
No início do exercício	32.128	39.125
(+/-) Constituições (Resgates/Sorteios)	(12.048)	(7.418)
(+/-) Atualização monetária e juros	46	421
No final do exercício	20.126	32.128

8. Garantia das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas correspondem a R\$ 50.099 (R\$ 45.628 em 2009), em quotas de fundos de investimentos.

9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(a) Ativos contingentes

A Empresa não tem ativos contingentes, passíveis de registros contábeis ou de divulgação.

(b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Empresa é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Empresa entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro.

Não existem em curso passivos contingentes relevantes para os quais as chances de perdas sejam prováveis que não tenham sido razoavelmente estimados.

(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Empresa está discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A principal questão é:

CSLL - dedutibilidade da base de cálculo do IR - R\$ 1.665.413 (R\$ 1.337.787 em 2009) - pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória da Empresa.

(ii) Movimentação das provisões fiscais constituídas

	2010	2009
No início do exercício	1.337.787	1.233.471
Constituições	247.387	38.762
Atualização monetária	80.239	65.554
No final do exercício	1.665.413	1.337.787

10. Patrimônio líquido

(a) Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 54.409.942(54.409.942 em 2009) ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	4.054.423	3.869.752
Constituição da reserva legal	(202.721)	(193.488)
Base de cálculo dos dividendos	3.851.702	3.676.264
Dividendos propostos no exercício	962.926	919.066
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	25,00%	25,00%

(b) Atos societários

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de fevereiro de 2009, os acionistas da Atlântica Capitalização S.A. deliberaram sobre o aumento de capital social, no montante de R\$ 50.000.000, realizado pela Bradesco Capitalização S.A., mediante a emissão de 44.087.378 novas ações ordinárias nominativo-escriturais, sem valor nominal. Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 3.251, de 27 de maio de 2009;

(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2009, os acionistas da Empresa deliberaram, entre outros assuntos, o aumento de capital no montante de R\$ 500.000, mediante a capitalização do saldo das contas Reservas de capital - reserva de doações e subvenções para investimentos - R\$ 473.391; e parte do saldo da conta Reservas de lucros - reserva legal - R\$ 26.609, sem emissão de ações. Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 991, de 1º de julho de 2009.

(c) Reserva legal

Constituída, ao final de cada exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

(d) Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada no final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

11. Detalhamento das contas da demonstração de resultado

(a) Despesas administrativas

	2010	2009
Despesas com serviços de terceiros	(67.338)	(62.872)
Despesas com localização e funcionamento	(1.031)	(9.043)
Despesas com publicações	(214.332)	(321.039)
Despesas com donativos e contribuições	(46.938)	(27.668)
Despesas administrativas diversas	(65)	(422)
	(329.704)	(421.044)

(b) Despesas com tributos

	2010	2009
Despesas com PIS	(44.372)	(58.600)
Despesas com COFINS	(273.059)	(278.795)
Despesas com taxa de fiscalização	(99.266)	(53.369)
Outras despesas com tributos	(993)	(3.258)
	(417.690)	(394.022)

(c) Resultado financeiro

(i) Receitas financeiras

	2010	2009
Receitas com fundos de investimentos	565.746	4.245.289
Receitas com títulos de renda fixa	-	1.128
Receitas com títulos de renda variável	6.869.653	3.007.378
Atualização monetária de depósitos judiciais fiscais	80.239	65.554
Outras receitas financeiras	6.543	-
	7.522.181	7.319.349

(ii) Despesas financeiras

	2010	2009
Atualização monetária de contingências passivas	(80.239)	(65.554)
Despesas financeiras com provisões técnicas - capitalização	(46)	(421)
Despesas com agentes de custódia e câmara de liquidação de ativos	(25.999)	(19.777)
Tributação sobre operações financeiras	(112.680)	(4.281)
Despesas com títulos de renda variável	(225.000)	-
Outras despesas	(18.041)	(7.878)
	(462.005)	(97.911)
	7.060.176	7.221.438

12. Imposto de renda e contribuição social

(a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2010	2009
Resultado antes de impostos e participações	6.311.481	6.443.970
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 15%, respectivamente (1)...	(2.524.592)	(2.577.588)
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (2).....	(1.344)	(313)
Receitas não tributáveis, liquidas de despesas inadotáveis	228.750	(19.619)
Ajuste efetuado na declaração de rendimento.....	(3.872)	-
Outros valores.....	44.000	23.302
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.257.058)	(2.574.218)

(1) A partir de 1º de maio de 2008, a alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Medida Provisória nº413/2008 (convertida na Lei nº 11.727/2008), permanecendo a 9% para as demais empresas; e

(2) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

(b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2010	2009
Impostos diferidos		
Constituição no exercício sobre adições temporárias.....	8.958	2.087
Subtotal	8.958	2.087
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(2.266.016)	(2.576.305)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(2.257.058)	(2.574.218)

(c) Composição dos créditos tributários e previdenciários

	2010			2009		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Diferenças temporárias.....	211.556	4.756.656	4.968.212	53.538	729.611	783.149
Impostos a compensar.....	181.994	-	181.994	82.743	-	82.743
Outros Créditos.....	709	-	709	709	-	709
Total	394.259	4.756.656	5.150.915	136.990	729.611	866.601

(d) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2009	Constituição (realização)	Saldo em 31/12/2010
Provisão para contingências fiscais.....	-	334.553	334.553
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	280.271	-	280.271
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda.....	189.534	4.144.010	4.333.544
Outros.....	313.344	(293.500)	19.844
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	783.149	4.185.063	4.968.212

(e) Previsão de realização dos créditos tributários

Os créditos tributários foram contabilizados levando em consideração o histórico de rentabilidade e sua previsão de realização, fundamentada por estudo técnico, que pode ser assim demonstrada:

	2011	2012	2013
Previsão de realização - %.....	33,34	33,33	33,33

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários calculado à taxa média de captação da Organização Bradesco, líquido dos efeitos tributários, monta a R\$ 597.184 (R\$ 681.416 em 2009).

13. Cálculo do patrimônio líquido ajustado

O patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é igual ao patrimônio líquido contábil.

14. Outras informações

(a) Nos termos do artigo 275, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/1976, informamos que as demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2010 da Bradesco Seguros S.A., empresa líder do Grupo Bradesco Seguros, foram publicadas nesta mesma data no Diário do Comércio e no dia 26 de fevereiro de 2011 serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

(b) O resumo do relatório do Comitê de Auditoria - Resolução CNSP nº 118/2004 foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (controlador indireto) em 31 de janeiro de 2011.

DIRETORIA

Norton Glabes Labes	-	Diretor-Presidente	Jair de Almeida Lacerda Júnior
Samuel Monteiro dos Santos Junior	-	Diretor Vice-Presidente Executivo	Atuário - MIBA nº 809
Ivan Luiz Gontijo Júnior	-	Diretor Gerente	
Marcos Suryan Neto	-	Diretor Gerente	
Ricardo Alahmar	-	Diretor	Getúlio Antônio Guidini
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	-	Diretor	Contador CRC-RS 1RS03